ERA NO TEMPO DE NAPOLEÃO

Silviano Santiago
(UFF)

RESUMO

Leitura do capítulo XII, “Um episódio de 1814”, de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Procura-se mostrar como a combinação de duas fontes veladas - Stendhal, de *Le rouge et le noir*, e Manuel Antônio de Almeida, de *Memórias de um sargento de Milícias* - apontam para a instabilidade ideológica do texto. Ele oscila entre o tom nobre, que descreve a repercussão na capital da ex-colônia da queda de Napoleão, e o tom bandalho, que se diverte com a queda de Dona Eusébia no quintal.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Brasileira. Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. O romance brasileiro no século XIX.

O humorismo transcendente desconhece as limitações do mundo ético, está muito além do mal e do bem, pois cortou as amarras que o prendiam à solidariedade humana.

Augusto Meyer, Machado de Assis (1935)

Ao narrar peripécias da infância, Brás Cubas dedica especial interesse às repercussões no Rio de Janeiro da primeira queda de Napoleão Bonaparte. A notícia é alvissareira para a maioria dos cortesãos e colonos, e o fato histórico ganha reverberações inesperadas por a família de Bragança ter-se provisoriamente instalado na capital da colônia desde 1808. Lemos no capítulo XII das *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), intitulado “Um episódio de 1814”: “A população, cordialmente alegre, não regateou demonstrações de afeto à real família; houve iluminações, salvas, *Te-Deum*, cortejo e aclamações”. Sem qualquer alu-

são ao abalo causado pela derrota do intrépido Corso nos países europeus, o clima de festa - tanto na rua quanto na residência do herói - ocupa o capítulo nomeado e tem como epicentro o lauto jantar oferecido pelo pai. Ao banquetear em honra à derrota das tropas napoleônicas, a família Cubas esperava que “o ruído das aclamações chegasse aos ouvidos de Sua Alteza, ou quando menos, de seus ministros”.

Uma pedra tinha sido atirada lá da França e ricocheteava nas águas tranqüilas do distante lago brasileiro, repercutindo em círculos excêntricos. Há vida cosmopolita no Rio de Janeiro e, melhor, em romance escrito por brasileiro e publicado 59 anos depois da Independência do país.

Na Europa, o primeiro fracasso de Napoleão e o exílio na ilha de Elba foram tidos como catastróficos para o destino do Império. Profetizavam o retorno imediato dos Bourbon ao trono da França, dando início à Restauração, e prenunciavam o segundo exílio do ex-imperador, a acontecer na ilha de Santa Helena, onde morrerá em 1821. No Rio de Janeiro, então capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a abdicação do Imperador europeu se anunciava no Paço Real como de bom tamanho para a Monarquia portuguesa, e, na calada da noite, talvez despertasse nos colonos revolucionários o desejo de retomar a luta pela independência do Brasil. *Liberdade, ainda que tardia*. O capítulo é omissos nesse particular. Não o será no tocante aos escravos africanos, como veremos.

O pai de Brás Cubas comporta-se como verdadeiro puxa-saco, já que nutre contra Napoleão “um ódio puramente mental”, pois - como ainda observa o filho - “à força de persuadir os outros da nossa nobreza, acabara persuadindo-se a si próprio”. Não era nobre, apresentava-se como tal. No terceiro capítulo do romance, intitulado “Genealogias”, o leitor ficara sabendo que a família Cubas fora desde sempre movida pelo arrivismo, já que seu fundador na primeira metade do século XVIII, Damião, natural do Rio de Janeiro, era tanoeiro de ofício. E continua: “[...] teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse a tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luís Cubas”. A economia poupada na corte fora ao campo e, acumulada de dividendos, voltava ao centro urbano. Luís Cubas é o avô do menino Brás.

Afronta ao imperador deposto ou gesto de desagravo ao príncipe-regente, o banquete na residência dos Cubas funcionaria como um passo a mais no caminho para a nobilitação do colono de descendência plebéia. Durante as festividades, ele se apresenta como fidalgo presuntivo. Eis a descrição dos preparativos:

Veio abaixo toda a velha prataria, herdada do meu avô Luís Cubas; vieram as toalhas de Flandres, as grandes jarras da Índia; matou-se um capado, encomendaram-se às madres de Ajuda as comotas e marmeladas; lavaram-se, arearam-se, poliram-se as escadas, castiçais, arandelas, as vastas mangas de vidro, todos os aparelhos do luxo clássico.

Havia que colocar à vista da seleta sociedade de convidados os sinais ostensivos da riqueza familiar dos Cubas, já que a luta pelos títulos de nobreza tornara-se acirrada entre os nascidos na colônia brasileira.

Dois anos antes da queda de Napoleão, em 12 de julho de 1812, D. João VI agraciara Ana Francisca Maciel da Costa, viúva de Brás Carneiro Leão, com o título de Baronesa de São Salvador de Campos. Tratava-se do primeiro título concedido a brasileiro, ainda no período do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Lembre-se que é a mesma senhora que dará início, em 1823, à nobreza propriamente brasileira. Foi feita por D. Pedro I Baronesa com Honras de Grandeza. Desvendada-se a trilha pela qual o velho Damião Cubas e seu descendente Luís, avô do privilegiado inventor do emplasto anti-hipocondríaco, estavam a caminhar. Mais evidente fica o desígnio secreto dos Cubas e de outros brasileiros de fortuna, se se levar em conta que a citada Baronesa se tornaria a primeira de uma gigantesca seqüência de 986 titulares, que totalizarão 1211 títulos concedidos nos 67 anos de Império.

Tudo teria passado segundo as exigências do nobre figurino em moda, se a brejeirice do menino Brás Cubas não pusesse a descoberto o arrebatamento passional do medido e lento Doutor Vilaça junto à Dona Eusébia, irmã do sargento-mor Domingues. Numa moita dos fundos da chácara, a diversão sexual dos apaixonados – descrita como mero “beijo” na linguagem pudica de Machado de Assis – acabou por perturbar as pompas do luxo provinciano, levando a família do banqueteador, os convivas e o leitor às gargalhadas. O próprio texto propicia uma leitura a contrapelo do magno episódio europeu. Portanto, são pelo menos dois os episódios que se passaram em 1814. A queda do Imperador é a

rima rica para a *queda* de Dona Eusébia, acudida pelo Doutor Vilaça.

A convivência de assuntos diferentes e de dicções desencontradas opera significativo *desequilíbrio* na composição do capítulo “Um episódio de 1814”. Nos parágrafos de abertura, tem-se o tom nobre e altissonante, que serve para relatar as repercussões do acontecimento europeu junto ao seletto grupo de velhos e novos moradores da capital do Reino – os cortesãos, os senhores de boa situação financeira e os homens livres na ordem escravocrata. Na parte final do capítulo, tem-se o tom debochado e zombeteiro de fundo de chácara, que narra a sedução – ou a violação – de Dona Eusébia pelo Doutor Vilaça. À semelhança dos sistemas binários de computação e à imitação do narrador do romance, que levam a máquina textual a trabalhar com linguagem que avança na base de opostos e complementares, acrescenta-se que o primeiro episódio e a dicção correspondente poderiam ter sido inspirados por romance de Stendhal,¹ como *Le rouge et le noir* (1830), enquanto o segundo episódio e a dicção correspondente estariam bem próximos da “cena da pisadela e do beliscão”, que abre em tom bandalho as *Memórias de um sargento de milícias* (1854/55), de Manuel Antonio de Almeida.²

Ao salientar referências literárias definidas por romances publicados além e aquém do oceano Atlântico, os dois episódios de 1814 apontam para um *desequilíbrio* maior na complexa escrita romanesca machadiana. Trata-se do abalroamento do acontecimento imprevisto da história *universal* (no sentido eurocêntrico que o adjetivo comportava então) contra a comédia de costumes local. As repercussões ao acontecimento histórico irmanavam a todos na alegria da festa e conclamavam os presuntivos nobres brasileiros à “sede de nomeada” e ao exibicionismo nas festividades gastronômicas e etílicas. A comédia de costumes local se representa na verborragia dos letrados e nas camufladas fanfarrônicas sexuais dos militares e seus familiares na colônia, então em processo de *up grade*. Como escreveu Manuel Antonio de Almeida, “Era no tempo do rei”.

O *desequilíbrio* entre as partes do capítulo e as respectivas dicções tem como personagens intermediários tanto a figura do Doutor Vilaça, “glosador insigne que acrescentou aos pratos de casa o acepipe das musas”, quanto o menino Brás Cubas, preterido no desejo de abocanhar certa compota de sua paixão pela enxurrada de glosas do poeta falastrão. Os antagonistas transitam entre os dois episódios de

1814. Ao fazer ecoar o fato histórico nas palavras poéticas, o Doutor Vilaça tromba no menino Brás Cubas. O mais velho não fecha a boca, enquanto o mais novo não pode abri-la. Acrescente-se que, ao desfiar todas as rimas de *tirano* e *usurpador*, o poeta Vilaça não perdera tempo e informara à seleta platéia que tinha sido comensal de Bocage no botequim do Nicola e discreteara com a Senhora duquesa de Cadaval.³

Frente ao glosador do fato histórico, que abalroa o lauto banquete e leva Dona Eusébia à queda, a festa perde o primeiro plano da narrativa e relega ao segundo a gulodice do menino. Diante dos reclamos insistentes deste (“bradei, berrei, bati com os pés”), o pai o expulsa do recinto, entregando-o aos cuidados duma escrava. Observa o menino, fornecendo a chave que irá ligar os dois episódios de 1814: “Não foi outro o delito do glosador: retardara a compota e dera causa à minha exclusão. Tanto bastou para que eu cogitasse uma vingança, qualquer que fosse, mas grande e exemplar, coisa que de alguma maneira o tornasse ridículo”. Exclusão e vingança são velhas amigas no romance folhetinesco de Alexandre Dumas e estão na gênese jornalística do romance *O vermelho e o negro*, e aqui são responsáveis pelo troco em moeda de *brejeirice* que o menino dará aos destemperados machos e fêmeas da corte lusitana. Em duelo de capa e espada é que o adulto falastrão e o menino com água na boca transitam para a segunda cena do capítulo.⁴

O desequilíbrio entre a dicção nobre e a dicção brejeira permanece na estrutura global do romance, mas com valor e peso invertidos, indiciando o tom a ser privilegiado pelo narrador, que é o do deboche. As comemorações fidalgas se perdem no próprio capítulo, ou seja, se esgotam na descrição do banquete e nas glosas poéticas do Doutor Vilaça, bem como no destaque dado ao espadim presenteado ao afilhado pelo tio militar. Já as conseqüências da *queda* de Dona Eusébia na moita da chácara perseguirão toda a primeira parte do romance. Repercutem inicialmente no capítulo XXV (“Na Tijuca”), para espocar nos capítulos XXX (“A flor da moita”), XXXII (“Coxa de nascença”) e XXXIII (“Bem-aventurados os que não descem”). Da pisadela e do beliscão, amorosamente trocados em 1814 na moita, nascerá Eugênia, a moça naturalmente coxa que, dezessete anos mais tarde, encantaria e decepcionaria os olhos de Brás Cubas, órfãos de mãe e já então europeizados.

Nada deveria impedir que a bela e meiga moça merecesse o beijo do moço Brás Cubas, a não ser que a sexualidade à flor da pele do

rapaz fosse tolhida pela lembrança de outro e fértil “beijo”, o dado por Vilaça em 1814. Frente à coxa Eugênia, observa Brás Cubas: “Tu, trêmula de comoção, com os braços nos meus ombros, a contemplar em mim o teu bem-vindo esposo, e eu com os olhos em 1814, na moita, no Vilaça, e a suspeitar que não podias mentir ao teu sangue, à tua origem”. Seguindo de perto a trilha aberta, o leitor depara com nova reflexão do narrador, ainda inspirada pelo aleijão da jovem, e que bem se adequa ao desequilíbrio entre as partes nobre e popular do capítulo XII, redefinindo-o metaforicamente como a fatal instabilidade da vida em colônia:

Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa! Esse contraste faria suspeitar que a natureza é às vezes um imenso escárnio. Por que bonita, se coxa? por que coxa, se bonita?

Assim como a história escrita na Europa (por que universal, se colonial? por que colonial, se universal?), ou como o episódio de 1814 (por que nobre, se picaresco? por que picaresco, se nobre?), a flor da moita puxa da perna. Nas próprias palavras da moça: “sou coxa de nascença”, e acrescenta o narrador - e também coxa de sangue e de origem. *A natureza é às vezes um imenso escárnio*. Em outras e nas mais ousadas palavras do romancista Machado de Assis: na história européia no além-mar, tal como descrita no capítulo XII de *Memórias póstumas*, os cortesãos lusitanos no Brasil e os colonos brasileiros não seríamos todos coxos de nascença?

A viajar em nossa direção, pode ser vislumbrada no horizonte oceânico do mesmo capítulo uma segunda pedra. Ela vem sendo irresponsavelmente jogada do continente africano no lago tranqüilo das águas coloniais brasileiras, repercutindo em círculos excêntricos. Estes têm representado outra e mais feia e vergonhosa forma de instabilidade na vida social e econômica da colônia. Caso se puxe o desequilíbrio dramático do capítulo XII para a ponta ideológica do contexto colonial e se a envolva com a roupagem de célebre apólogo machadiano, o leitor percebe que a agulha napoleônica deixa de lado a linha fidalga luso-brasileira para puxar a linha do carretel angolano. Em concomitância com as festividades pela abdicação de Napoleão, anuncia-se a chegada ao porto do Rio de Janeiro de mais um grupo de cento e vinte exilados, no caso, escravos africanos. Também foram empurrados à vida em exílio no Brasil, só que antes tiveram as vidas negociadas por terceiros e viajarão acorrentados no porão dum navio negro.

No momento escancaradamente debochado do capítulo, intervém certo sujeito ao pé do menino Brás Cubas. Ele passa a outro comensal

[...] notícia recente dos negros novos, que estavam a vir, segundo cartas que recebera de Luanda, uma carta em que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças, e outra carta em que... Trazia-as justamente na algibeira, mas não as podia ler naquela ocasião. O que afiançava é que podíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos.

Caso a atenção do leitor abandone a escravidão africana e volte a atentar para o desequilíbrio dramático que camufla a busca de nobilitação dos brasileiros nascidos em berço de ouro, agiganta-se o fantasma *plebeu* do capítulo e de páginas anteriores do romance. Refiro-me à figura de Napoleão Bonaparte, o Corso que, ao se tornar imperador, exigiu ser coroado pelo papa. No último minuto, retira-lhe das mãos a coroa e a coloca - ele próprio - na cabeça.⁵ Tendo como pano de fundo essa imagem, pode-se levantar uma hipótese bem plausível em termos de Machado de Assis. Com o capítulo XII, o bruxo do Cosme Velho põe em marcha uma transformação histórica e social no mundo urbano da ex-colônia (apud Caio Prado Júnior), agora capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e procura dar-lhe sentido.

A partir da segunda década do século XIX, os colonos *haut placés* na praça do Rio de Janeiro passam a admitir como inadiável a recompensa real pela ascensão financeira alcançada, de que é exemplo o banqueteador, pai de Brás Cubas - “a força de persuadir os outros da nossa nobreza, acabara persuadindo-se a si próprio”. Na busca do título almejado, o filho de Luís Cubas, descendente de velho tanoeiro natural do Rio de Janeiro, estava em competição com os *afidalgados* senhores de engenho do Brasil rural, para usar o recurso estilístico de que valeu André João Antonil em *Cultura e opulência do Brasil* (1711) para adjetivá-los.⁶ O novo Cubas e os concidadãos cariocas perderão desastrosamente a luta, já que são os fazendeiros que farão parte do segmento social mais agraciado pelos 1211 títulos concedidos pelos dois imperadores brasileiros.

Em cópia dos novos e imperiais ditames europeus, mas em letra provinciana, a mobilidade social e financeira da gente carioca pode ser bem surpreendida, em letra metropolitana e na versão original, pelo percurso vitorioso do corso Napoleone Buonaparte a Imperador. Do lado carioca, o espadim do menino Brás Cubas; do lado francês, a espa-

da de Napoleão. Como se sabe, graças a não surpreendente guinada conservadora, o regime imperial europeu instituiu seus símbolos e títulos de nobreza, em imitação do Antigo Regime. Em 1804, os velhos títulos principescos foram desencavados pelo regime imperial e trazidos de volta para os membros da família de Napoleão e, em 1808, é criada uma nobreza imperial, cujo princípio regulador é a “qualificação pela grandeza”, e não pelo sangue azul. Recompensa-se esse ou aquele indivíduo – a título *ad personam*, insista-se – pelos grandes feitos alcançados. Não se trata, pois, de nobreza hereditária, já que o título recebido por um não é passível de ser transferido ao descendente – a não ser por ordem expressa do imperador, a quem deve ser dirigida a solicitação específica.

Completo os vazios do capítulo: o “ódio puramente mental”, que o pai de Brás Cubas nutre por Napoleão, camufla a mais doce e sincera admiração pelo Imperador de origem corsa e plebéia.

A busca camuflada de nobilitação por parte dos brasileiros aponta, pois, para a residência dos Cubas e acentua as controvérsias e as rugas que a figura múltipla e mítica de Napoleão desperta entre os membros do clã. No tópico do arrivismo, dominante entre os descendentes do velho tanoeiro, não se surpreenda se o modelo stendhaliano de sucesso na sociedade burguesa se reafirme na escolha de profissão para o menino Brás Cubas. Os dois tios oscilam entre o alistamento nas duas corporações que eram oferecidas ao impulsivo Julien Sorel, personagem principal de *Le rouge et le noir*. O tio João aconselha a farda *vermelha* militar e o tio Ildefonso já lhe veste a sotaina *negra* do sacerdote. Ainda no capítulo XII do romance, podem-se ler as reações incompatíveis do tio militar e do tio cônego ao corso, que se tornou general e depois Imperador:

Era isso motivo de renhidas contendas em nossa casa, porque meu tio João, não sei se por espírito de classe e simpatia de ofício, perdoava no déspota o que admirava no general; meu tio padre era inflexível contra o corso, os outros parentes dividiam-se; daí as controvérsias e as rugas.

Não é, pois, por coincidência que a apresentação dos tios e o primeiro tratamento psicológico das duas personalidades ascendentes tenham aparecido, de maneira indireta, já no segundo capítulo do romance, intitulado “O emplasto”. Ali, Brás Cubas acentua o valor e o sucesso do medicamento anti-hipocondríaco, e pela imagem da *meda-*

lha traduz a ambivalência das futuras recompensas a serem auferidas pela produção e venda do produto farmacêutico. A medalha traz duas faces, “uma virada para o público, outra para mim”. E continua: “De um lado, filantropia e lucro; do outro lado, sede de nomeada. Digamos: - amor da glória”. É também dito no segundo capítulo que o tio militar e o tio cônego se dividem quanto ao invento mágico do sobrinho, tomando atitudes opostas, ditadas pela dicotomia clássica entre tempo e eternidade. O militar, oficial dos antigos terços de infantaria, afirma que o amor da glória é a coisa mais verdadeiramente humana que há no homem, e, conseqüentemente, a sua mais genuína feição. Já o cônego de prebenda julga que o amor da glória temporal é a perdição das almas, que só devem cobiçar a glória eterna.

No décimo capítulo, “Naquele dia”, o leitor é levado a conhecer as circunstâncias que cercam o nascimento do sobrinho Brás Cubas das mãos da Pascoela. É bom não esquecer que se trata de “insigne parteira minhota, que se gabava de ter aberto a porta do mundo a uma geração inteira de fidalgos”. Não satisfeitos por terem abraçado as respectivas personalidades stendhalianas, o tio João e o tio Ildefonso resolvem projetá-las – à semelhança das pitonisas – sobre o recém-nascido. O antigo oficial de infantaria – anota o narrador defunto – “achava-me um certo olhar de Bonaparte, coisa que meu pai não pôde ouvir sem náuseas; meu tio Ildefonso, então simples padre, farejava-me cônego”.

Os tios stendhalianos retornam no capítulo seguinte do romance, “O menino é pai do homem”, momento em que Brás Cubas narra os primeiros anos de sua educação, detendo-se primeiro no modelo dos pais para, em seguida, dedicar-se ao exemplo do tio militar e do tio cônego.

A preferência do menino recai sobre o tio militar, embora nada seja dito sobre sua atividade propriamente profissional. Silêncio total. O narrador prefere acentuar-lhe a língua solta, as anedotas abarrotadas de obscenidades e imundícies, o comportamento rebelde, galante e picaresco entre os familiares e entre as escravas que, no fundo da chácara, lavam a roupa da família. A admiração do menino pelo tio João se dá de forma progressiva e realça os valores da educação tradicional pelo avesso: “Não me respeitava a adolescência, como não respeitava a batina do irmão”. Desconhece a diferença de idade entre mestre e pupilo. Trata a este como a qualquer adulto. Por isso, o menino primeiramente não entende o que ele diz; depois passa a entender e, finalmente, acha-lhe graça. Tanta graça, que quer privar a toda hora de sua com-

panhia. Em troca, o tio oferece doces ao pupilo e o leva a passeios. Há um entendimento formacional entre ambos que passa por cima dos vezos da profissão, do bom senso e da razão, e se enraíza no gosto pela chacota e o riso. “Ah! brejeiro! Ah! brejeiro” – não é a interjeição que define o menino e encerra o capítulo XII?

Tudo leva a indicar que o narrador escamoteia a carreira profissional do tio militar para descrever o tio cônego apenas pela vida religiosa que leva e tal como a leva. No interior da congregação, as preferências espirituais do tio Ildefonso são completamente equivocadas. Ele não enxerga a parte substancial da igreja, apenas o lado externo, ou seja, “a hierarquia, as preeminências, as sobrepelizes, as circunflexões”. Se os valores que admite sustentar e ostentar são nobres - como a austeridade e a pureza, ou ainda a piedade, a severidade nos costumes e a minúcia na observância das regras -, o resultado do investimento pessoal é pífilo. Segundo o narrador defunto, os valores nobres “não realçavam um espírito superior, apenas compensavam um espírito medíocre”. Em suma, o cônego “carecia absolutamente da força de inculcar [as virtudes], de as impor aos outros”. No clã e junto ao menino, o tio Ildefonso funciona como mero objeto de adorno. Em última instância, é fútil e de valor mínimo.

A exemplaridade dos tios stendhalianos é duplamente picaresca, ou melhor, paródica. Por isso, o tom geral adotado para a escrita romanesca é coerente com o espírito escolhido por Machado para o romance. O narrador não toma ao pé da letra o espírito militar da farda a fim de tomar ao pé da letra o aparato externo e mundano da sotaina. Se no caso do tio João, a aparência não justifica a opção de qualquer jovem pela carreira militar, a não ser por despertar nas pessoas as gargalhadas e no ambiente a festividade perpétua, já no caso do tio Ildefonso, a aparência não apreende o essencial da vida religiosa, a não ser pelo que nela pode conduzir à mediocridade e ao embuste. As aparências são duplamente enganosas, e falsidade por falsidade é preferível o engano que desperta o riso. O exemplo dos dois tios stendhalianos evita que Brás Cubas caia nas armadilhas da arma e da cruz. Nem herói nem santo. Bem ao jeito brasileiro, o menino aprende a viver com a nobreza convivendo com a paródia, ou seja, o picaresco é afinal a fidalguia do inventor do emplasto anti-hipocondríaco.

Da preferência pelo tio militar vem o espadim – naturalmente em grau diminutivo – que o menino recebe de presente do padrinho. Da

arma de guerra é que vem a boa aparência da criança durante as festividades e a primeira comparação entre o faz-de-conta e a espada de Napoleão. Compare-se o espadim à espada, assim como se vem comparando a *queda* de Dona Eusébia na moita da chácara à trágica queda de Napoleão. É de comparação em comparação que qualquer colônia enche o papo. De uma forma ou de outra, de todas as formas, sempre se sai perdendo no confronto entre o acontecimento externo e a repercussão interna. No confronto, Brás Cubas acaba vencedor pelo jogo da reviravolta, às vezes amena e risonha, às vezes corrosiva e irônica. Na moita da chácara dos Cubas, gerou-se uma flor belíssima, mas coxa! Ou, como no oximoro que serve de título ao livro do historiador Robert Slenes sobre a formação na família escrava - *Na senzala uma flor*.

Caso se tome o espadim como centro de convergência da múltipla e inesgotável personalidade do indivíduo, caminha-se direto para o narcisismo absoluto e se chega à conclusão definitiva do menino Brás Cubas: “interessava-me mais o espadim do que a queda de Bonaparte”. Do mesmo modo, interessava-lhe mais certa compota encomendada às madres de Ajuda e prevista para a sobremesa, do que as mil e uma glosas poéticas do Doutor Vilaça. De *parti pris* em *parti pris* vem a máxima expressa ao meio do capítulo: “Nunca deixei de pensar comigo que o nosso espadim é sempre maior do que a espada de Napoleão”. O inusitado advérbio *nunca*, associado ao pronome em primeira pessoa (*comigo*), ricocheteava – como a pedra européia e a pedra africana – no lago tranqüilo do Segundo Reinado brasileiro, gerando outras e mais universais palavras. São as palavras de Pandora, ou a Natureza – mãe e inimiga. Não é ela quem diz:

Egoísmo, dizes tu? Sim, egoísmo, não tenho outra lei. Egoísmo, conservação. A onça mata o novilho porque o raciocínio da onça é que ela deve viver, e se o novilho é tenro tanto melhor: eis o estatuto universal.

ABSTRACT

Reading of chapter 12, «An 1814 episode», from *Memórias póstumas de Brás Cubas*. It is shown how the combination of two veiled sources – Stendhal, from *Le rouge et le noir*, and Manuel Antônio de Almeida, from *Memórias de um sargento de Milícias* – point out the ideological instability of the text. It wavers between the noble tone, which describes the reaction to Napoleon's fall in the ex-colony's capital, and the rascally tone, which has fun with Dona Eusébia's *fall* in the backyard.

KEY WORDS: Brazilian Literature. Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. The 19th Century Brazilian Novel.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Manoel Antonio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1971, v. I.
- MEYER, Augusto. *Ensaios escolhidos*. Seleção e prefácio de Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- SANTIAGO, Silviano (seleção e introdução). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, 3 v.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Informações sobre a nobreza brasileira: www.brasilimperial.org.br

NOTAS

¹ O nome do autor francês aparece na primeira linha do texto romanesco. Ver a nota “Ao leitor”, assinada por Brás Cubas.

² O encontro de Leonardo, mascate em Lisboa, e Maria da Hortaliça, quitandeira das praças, se deu no navio que os levava ao Brasil. Lemos no primeiro capítulo do romance: “Ao sair do Tejo, estando a Maria encostada à borda do navio, o Leonardo fingiu que passava distraído por junto dela, e com o ferrado sapatão

assentou-lhe uma valente pisadela no pé direito. A Maria, como se já esperasse por aquilo, sorriu-se como envergonhada do gracejo, e deu-lhe também em ar de disfarce um tremendo beliscão nas costas da mão esquerda”. Nove meses depois, os efeitos da pisadela e do beliscão se tornariam evidentes, como, aliás, o beijo no romance machadiano.

³ Na filigrana do texto machadiano, pode-se aventar a hipótese de que a boa disposição sentimental de Dona Eusébia, irmã de sargento-mor, pudesse ter sido inspirada por interesse. O sedutor privava do salão da duquesa. A Casa de Cadaval podia nomear os ouvidores, escrivães, inquiridores, contadores e outros cargos nas terras sob sua jurisdição.

⁴ Aliás, o menino é especialista em duelos movidos pela gulodice e a vingança. Leia-se o segundo parágrafo do capítulo anterior, XI: “[...] um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher de doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce ‘por pirraça’ [...]”. Nessa linha, havia que fazer leitura cuidadosa das relações de Brás Cubas com o moleque Prudêncio.

⁵ Não há como não se ouvir em eco o conselho de D. João VI: “Põe a coroa sobre tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão dela”.

⁶ V. minha análise do tratado de Antonil na “Introdução”, *Intérpretes do Brasil* (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000).